



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**26/09/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. JUÍZES.....	1
1.2. SEGURANÇA.....	2 - 4
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. AÇÕES TJMA.....	5 - 6
2.2. COMARCAS.....	7
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	8
3.2. DECISÕES.....	9 - 10

## **Pela Água**

O Movimento Parque Estadual do Bacanga (PEB), que defende a preservação das áreas de entorno dos mananciais na Ilha de São Luís, comemorou a sentença do juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos de São Luís), que dá um ano ao Estado do Maranhão para procedimentos de salvaguarda no Parque do Bacanga.

Ele atendeu a Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual sobre a obrigação legal do Estado de zelar pela integridade do Parque.

Criado há 27 anos, o PEB terá redefinido seus limites, zona de amortecimento e implantado Plano de Manejo, pela primeira vez em sua existência.

O magistrado também declarou a nulidade da Lei nº 7.712/2001 (redução de área e aquisição de lotes por terceiros), que considerou de “edição irregular”.

No PEB localizam-se fontes de abastecimento de água para grande parte da Ilha de São Luís.

# Violência marca o fim de semana em São Luís

**Presos se rebelam no Centro de Detenção Provisória**

**Passageiro reage e mata assaltante de ônibus**

**Registrados sete homicídios dolosos de sexta a domingo**

POLÍCIA 7

# Violência e clima de tensão marcaram o fim de semana

Princípio de rebelião no Centro de Detenção Provisória e seis assassinatos foram registrados na Região Metropolitana de São Luís; na manhã de ontem, um homem tentou assaltar em ônibus e foi morto

ISMAELARAÚJO  
Da equipe de O Estado

**R**ebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o registro de seis homicídios dolosos, roubos e ainda a ocorrência de assaltos a coletivos resultando em mortes acabou caracterizando o fim de semana como tenso e violento na Região Metropolitana de São Luís. Na tarde de sábado, os internos da Unidade Prisional de Resocialização (UPR) São Luís 6, antigo Centro de Detenção Provisória (CDP), iniciaram um motim e foi necessária a presença de um forte contingente policial composto pelos integrantes do Batalhão de Choque, do Grupo Especial de Operação Penitenciária (GEOP) e do Centro Tático Aéreo (CTA) para conter os ânimos dos rebelados e evitarem fugas.

O clima de tensão deixou muitos parentes de internos, que estavam na porta do presídio, aflitos. Eles tinham informações de que os apenados teriam atestado fogo em vários colchões, havia celas quebradas e chegaram a ouvir barulho de tiros oriundo dessa unidade prisional. Também não sabiam se havia reféns ou mortos dentro da penitenciária.

Eles ainda disseram que esse movimento teria sido alertado anteriormente pelos presidiários e a direção do sistema penitenciário e da Secretaria de Segurança Pública (SSP), tinham conhecimento de que a qualquer momento poderia estourar uma rebelião em Pedrinhas. Segundo eles, os internos denunciavam maus tratos, tortura, ratos nas celas, agressões físicas e psicológicas como também a restrição das visitas íntimas, a falta de cursos profissionalizantes e o lento andamento dos processos na Justiça.

Foto de um memorando encaminhado pelo subcomandante da Polícia

Militar, coronel Jorge Luongo, e também ao chefe do Estado Maior, coronel Carlos Augusto Castro, aos comandantes de batalhões dessa corporação foi exposto no WhatsApp durante a semana passada. Neste documento informava a possibilidade de haver ataques a coletivos públicos na Ilha e rebelião em Pedrinhas.

## Forte aparato

Ainda no sábado, 24, o comandante do CTA, coronel Ismael de Souza, informou ao G1 Maranhão por telefone de que esse motim teria começado no período da tarde, mas que as forças de segurança pública teriam sido deslocadas para o local com o propósito de finalizar o movimento.

O movimento acabou durante o período da noite. Os rebelados foram conduzidos para a quadra do presídio, onde foi feita a contagem e os reparos nas celas teriam sido feitos durante o dia de ontem.

Em nota, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que teria sido apenas um princípio de motim deflagrado pelos internos da Unidade Prisional de Resocialização (UPR) São Luís 6. Por razões a serem apuradas oficialmente, os detentos atearam fogo em alguns colchões, porém, a situação foi controlada pelas equipes de segurança prisional, com apoio da Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio da Polícia Militar, sem registro de reféns, feridos ou mortos.

## Mortes

Seis assassinatos, segundo os dados da SSP, ocorreu da noite da última sexta-feira até a tarde de domingo, 25, na Ilha. Na manhã de ontem, um homem não identificado tentou assaltar um coletivo, que faz linha São Raimundo/ Rodoviária, acabou sendo morto a tiros por um dos passageiros, também não identificado.

Ainda de acordo com as informações da polícia, o bandido teria tido acesso ao ônibus na Avenida dos Franceses, no bairro da Alemanha. Ele de posse de uma arma de fogo, primeiramente teria tentando roubar o dinheiro da renda da viagem e, logo após, saiu assaltando os passageiros. Antes do criminoso descer do coletivo foi alvejado por um dos passageiros, morrendo no local.

A polícia esteve no local onde colheu informações sobre o caso e o corpo do homem foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser periciado. Até o começo da noite de ontem ainda estava sem identificação. Também estava no IML sem identificação o corpo de um homem, de aproximadamente 20 anos, que foi encontrado em um terreno baldio, localizado nas proximidades do Terminal do Ipem São Cristóvão.

O comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Aritanã Lisboa, disse que a vítima chegou a discutir com um grupo de pessoas durante a madrugada de ontem no bairro Ipem São Cristóvão e na manhã de ontem foi encontrado morto. O corpo apresentava sinais de violência na cabeça. "Provavelmente esse ra-

paz foi assassinado a golpes de pau e pedrada", declarou Aritanã Lisboa.

As outras vítimas desse fim de semana foram mortas a tiros e identificadas como Genilson Lopes de Oliveira, de 36 anos, na Cohama, no último dia 23; Wanderson Gonçalves da Silva, de 24 anos, no Residencial Pirâmide, em Paço do Lumiar, também no dia 23; Cleilson Silva De Sousa, de 23 anos, na Cidade Olímpica, dia 23. No dia 24, a vítima foi Kerleilson Ribeiro Pereira, de 25 anos, na Vila Embratel.

## Roubo

Na tarde de ontem, o assaltante Lucas dos Santos Rodrigues, de 21 anos, foi baleado e preso por um policial militar, no bairro da Cohab. Segundo a polícia, esse criminoso teria tomado de assalto uma motocicleta Bros vermelha, de placa PSF 3339, no bairro da Forquilha. No momento do assalto, o policial estava passando pelo local e acabou perseguindo o criminoso.

No decorrer da perseguição, o bandido trocou tiro com o militar, mas acabou sendo preso e baleado. Lucas Santos foi conduzido para o Plantão de Polícia Civil da Delegacia do Cohatrac, onde tomaram as devidas providências. ●

Flora Dolores



Policiais observam a parte externa do Centro de Detenção Provisória



Homem, suspeito de ser assaltante, foi morto ontem em ônibus

FOTOS/URVUIGAÇÃO

## SAIBA MAIS

### Motim em Imperatriz

Também teve o registro de um princípio de motim no presídio de Imperatriz, localizado no Residencial Itamar Guará, durante a noite do último sábado e domingo, 25, mas, a Secretaria de Justiça e Administração

Penitenciária (Sejap), por meio da assessoria, negou a existência desse movimento. Eles informaram que alguns presos ao saber da rebelião em Pedrinhas teriam feito barulho nas celas e não houve fuga.



Lucas Santos Rodrigues tentou roubar uma moto e foi preso

## SEGURANÇA

### Operação combate venda de votos em municípios do interior do MA

Ação da Polícia Militar teve a presença do secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, e percorreu cinco cidades a fim de prevenir ação criminosa na política.

**POLÍTICA**

## POLÍCIA

# Operação combate compra de votos

Gestores da Secretária de Estado de Segurança Pública estão dando prosseguimento à 'Operação Eleições 2016' em municípios do interior do Maranhão. A proposta é planejar o reforço do policiamento em regiões com histórico em crimes eleitorais, agiotagem e coação, com o objetivo de prevenir esses crimes. A ação é realizada em parceria com o TRE-MA, TJMA e MPMA.

Depois de Coroatá, na quarta-feira (21), a operação, coordenada pelo secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, foi realizada, na quinta (22) e sexta-feira (23), nos municípios de Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Governador Eugenio Barros e Senador Alexandre Costa.

Os gestores da SSP estão realizando reuniões de trabalho para distribuir delegados, investigadores e peritos criminais, com o objetivo de combater ações criminosas antes as eleições e durante o pleito eleitoral. Entre os participantes da operação, o secretário adjunto da SSP, Saulo de Tarso; o



delegado-geral Lawrence Mello; o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Frederico Pereira; o superintendente de Policiamento do Interior Divaldo Gonçalves; e o superintendente da Polícia Técnica Científica, Miguel Alves.

Em Coroatá, entre os focos em pauta, a difusão de um trabalho integrado entre as Polícias Civil e Militar. O secretário Jefferson Portela informou que uma força-tarefa permanece no município para garantir mais segurança. Eles também se reuniram com a juíza Josane Araujo F. Braga; o juiz Francis-

co Ferreira de Lima e o promotor de Justiça Samarone Carvalho, quando asseguraram às autoridades tranquilidade para o pleito do processo eleitoral de 2016. Foram ainda repassadas diretrizes no sentido da segurança e do quantitativo a ser usado durante o processo eleitoral no município.

Presente, o secretário-adjunto de Segurança Pública, Saulo de Tarso, informou que "em Coroatá, a partir de hoje, estarão presentes na cidade, dois delegados de polícia da Superintendência de Combate

à Corrupção, peritos criminais, policiais civis e militares para o combate à corrupção no processo eleitoral no município", disse. O comandante da Polícia Militar, coronel Frederico Pereira garantiu que "a presença destas equipes das polícias militar e civil, aqui no município serão no sentido de combater fraudes e corrupção. Irá chegar um contingente ainda maior de policiais militares e civis para integrarem as forças da segurança. Eles chegarão antes do período das eleições, para garantir um processo eleitoral seguro em Coroatá", ratificou.

## Corregedora apresenta relatório

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, durante sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), apresentou o 1º Relatório de Visita Institucional aos termos judiciários de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, e comarcas de Icatu, Morros, Rosário, Caxias, Coelho Neto, Timon, Codó, Timbiras, Coroatá, Cantanhede e Santa Rita. O presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu cópia integral do relatório. O presidente Cleones Cunha recebeu o documento e parabenizou a corregedora Anildes Cruz, e a equipe de auxiliares na produção do documento. “Estamos atentos buscando corrigir os problemas da Justiça de 1º grau, e o trabalho conjunto, entre Tribunal e Corregedoria, é essencial para o sucesso de nossas ações”, pontuou o presidente.

# Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



## Garantias constitucionais

A Constituição Federal – lei fundamental suprema do país, que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico – completa na próxima semana (dia 5 de outubro) 28 anos de existência, exercendo nesse período uma influência marcante em todos os ramos do Direito. Virtuosa, comprometida com a democracia, revogou antigas orientações constitucionais que regravam um Estado autoritário, ampliando o rol de direitos fundamentais.

A atual Carta Magna foi promulgada simbolizando a liberdade, declarando o Estado Democrático de Direitos, tendo como características a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. As mudanças que ocorreram ao longo desses 28 anos exigem, no entanto, uma avaliação de erros e acertos, avanços e desafios que ainda devem ser enfrentados.

Assim, será possível saber se as cláusulas pétreas – fundamentais para o cidadão e para a sociedade – ainda continuam sendo o núcleo fundamental do nosso ordenamento jurídico, e se as perspectivas otimistas que existiam na época da Assembleia Nacional Constituinte foram, de fato, consolidadas.

É a Constituição que mais sofreu alterações com as reformas de Estado, capitaneadas pela onda neoliberal que se abateu inclusive sobre os direitos previdenciários. Foram mais de 73 emendas e mais seis emendas de revisão desde a sua promulgação. Para se ter uma ideia, a Carta Magna dos Estados Unidos (EUA), que tem 34 artigos e 225 anos, recebeu até agora apenas 27 emendas.

Mesmo com os avanços, nos deparamos com algumas conclusões desanimadoras. Após mais de três décadas do início do processo de redemocratização do país e 28 anos da promulgação da Constituição Cidadã, os brasileiros não conseguem garantir que seus direitos prevaleçam. As garantias constitucionais não estão sendo respeitadas. Nossa Carta Magna não vem sendo observada como deveria. A violência, a injustiça social e a corrupção só se agravaram. Ainda precisamos transformar direitos declarados em direitos efetivos e fazer com que os Poderes constituídos cumpram o seu papel e trabalhem em benefício da população.

Quando a Constituição foi promulgada, acreditava-se que ela seria o suficiente para transformar a realidade do Brasil. Infelizmente, o país ainda carrega vícios históricos de injustiça social, de absoluta confusão entre o público e o privado. É lamentáveis verificar a falta de efetividade das leis brasileiras e admitir que ao longo desse anos o país foi palco de um verdadeiro festival de normas de todos os tipos, a maioria desfavoráveis aos cidadãos.

São mais de 4,35 milhões de novas regras federais, estaduais e municipais editadas. Das 4,5 milhões de novas normas aprovadas nos últimos 25 anos, 155.954 mil são federais e – além das mais de 70 emendas – incluem duas leis delegadas, 80 leis complementares, 4.762 leis ordinárias, 1.162 medidas provisórias originárias, 5.491 reedições de medidas provisórias, 10.590 decretos federais e 133.793 normas complementares, o correspondente a uma média de 18,57 normas federais editadas por dia. A quantidade de regras editadas corresponde a 518 novas normas por dia, ou 776 por dia útil, gerando um emaranhado confuso de assuntos, trazendo instabilidade e insegurança jurídica para os cidadãos brasileiros, que ficam impossibilitados de entender conteúdo das leis, inclusive para saber seus direitos e obrigações.

No âmbito estadual, foram editadas mais de 1.136.185 normas, sendo 259.889 leis complementares e ordinárias, 376.994 decretos e 499.301 normas complementares. Em média, foram editadas 135,28 normas por dia. Os municípios brasileiros são responsáveis pela edição de 3.061.526 normas, divididas em 542.745 leis complementares e ordinárias, 577.500 decretos, e 1.941.282 normas complementares.

Das 4,35 milhões normas criadas a partir da promulgação da atual Constituição Federal, mais de 275 mil se referem a tributos. Dessas novas normas tributárias, 29,5 mil são federais, 85,7 mil estaduais e 159,8 mil municipais. Chama a atenção a quantidade de taxas e impostos criados e modificados – na maioria dos casos, aumentados – no período.

Foram produzidas mais de 33 normas tributárias por dia, com a edição de 6,1 a cada hora útil. Ocorreram também 15 reformas parciais de natureza tributária, que resultaram na criação de inúmeros tributos, entre eles a Cofins, Cides, CIP, CSLL, entre outros.

Do total de normas editadas, 13,02% (566.847) permanecem em vigor. Atualmente, 20.082 normas tributárias estão em vigor. Cada empresa cumpre, em média, 3.507 normas tributárias. Para realizar o acompanhamento das modificações da legislação, as empresas gastam cerca de R\$ 45 bilhões por ano. Só para o ICMS, existem no país 27 legislações diferentes.

No Brasil, para ser considerado um especialista em impostos o cidadão deve conhecer pelo menos 30.384 artigos, 91.764 parágrafos e 293.408 incisos. Nunca o país produziu tantas leis quanto nas últimas duas décadas, muitas delas destinadas à lata de lixo da História por inconstitucionalidade ou irrelevância.

O fracasso das regras absurdas não inibe a fúria legiferante do Poder Legislativo. Atualmente tramitam no Senado mais de 700 projetos de lei e, na Câmara Federal, mais de quatro mil proposições para criação de normas. Diante de tantas e tão extravagantes normatizações resultantes da compulsão na produção de regras legais, as leis essenciais também acabam negligenciadas.

Falta senso de objetividade aos legisladores brasileiros, que desconhecem o ensinamento do historiador romano Cícero, para quem “o mais corrupto dos Estados tem o maior número de leis”. O excesso só serve para confundir.

## **Eleição na Associação dos Criadores**

Na noite desta segunda-feira (26), os conselheiros da Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem) reúnem-se, a partir das 19h, no Gran São Luís Hotel, para deliberarem, dentre outros assuntos, sobre a formação da nova diretoria da entidade, que passará a ser presidida pelo advogado Ivaldi Mendonça. Embora não seja um pecuarista tradicional, Ivaldeci é bem avaliado pelos sócios da Ascem, por um ser profundo conhecedor do Direito, portanto sua liderança é importante para coordenar ações em favor da classe dos criadores. Ele chega ao comando da mais tradicional instituição de representação do setor rural maranhense num momento delicado, em que deixou de realizar o seu principal evento, a Expoema, e foi obrigada a devolver o Parque Independência ao Governo do Estado, por decisão Judicial, mas ele não pretende radicalizar as discussões sobre o tema, preferindo tratar do fortalecimento da entidade.

O atual presidente da Ascem, José Assub Neto, está convencido de que esta foi uma boa escolha para sua sucessão, e acha que todo o setor primário vai se fortalecer através de sua atuação.



EDSON TRAVASSOS VIDIGAL

## Para quem o Judiciário tem trabalhado?

No fim do ano passado foi divulgado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) um levantamento inédito sobre os principais responsáveis pelo enorme congestionamento de nosso Judiciário. E o resultado apenas ratifica o que todos há muito já sabem, e que é o óbvio. Os principais “clientes” do Judiciário são o Poder Público (Federal, Estadual e Municipal), o setor financeiro e as empresas prestadoras de serviços públicos.

O levantamento foi realizado com dados de 2010 a 2013, e a pesquisa mapeou os 100 maiores litigantes por setor, nos polos ativo e passivo, no primeiro grau, no segundo e nas turmas recursais dos juizados especiais.

Tais “clientes” acima descritos são responsáveis por mais da metade de todos os litígios do país, e isso é uma situação bastante anômala e preocupante. Segundo João Ricardo Costa, presidente da AMB, isso “é uma realidade grave, que revela uma propensão ao litígio, especialmente pelos principais setores identificados, cujas causas devem ser examinadas em profundidade”, até porque “o cenário brasileiro destoa da realidade identificada em outros países e é um indicador de anormalidade”.

De fato, os principais “clientes” que monopolizam o Judiciário Brasileiro – impedindo que o mesmo preste aos cidadãos o serviço jurisdicional de forma adequada – têm todos uma ligação muito grande entre si. Todos desrespeitam nossa Constituição, nossas leis, e se valem do Poder Judiciário como mecanismo de postergar o cumprimento de suas obrigações, apostando justamente no congestionamento da jurisdição, em sua decorrente morosidade, nos altos custos com advogados e outras despesas necessárias nos litígios, dessa forma ganhando no custo-benefício com a escolha de burlar a lei e cometer abusos.

Este ponto é muito importante. O Custo-benefício de se burlar a lei deve ser sempre tal que obrigue os agentes sociais a seguir a lei sem hesitar. E isto não ocorre atualmente.

Na ponta do lápis (é assim que a racionalidade capitalista rasteira funciona, infelizmente), sai muito mais barato à Administração Pública, às entidades do sistema financeiro, bem como às empresas prestadoras de serviço público (principalmente as de telefonia e comunicações) burlar a lei, cometer abusos, não cumprir com suas obrigações e desrespeitar direitos, confiando no congestionamento do Judiciário e, principalmente na hipossuficiência dos cidadãos que tiveram seus direitos violados.

Talvez se nosso Judiciário adotasse uma postura mais firme, condenando de maneira exemplar os abusos de tais entes, elevando em sobremaneira o custo de se burlar a lei, tal congestionamento fosse evitado, e a prestação jurisdicional do Estado atenderia aos demais cidadãos em suas necessidades, como deveria ser. Mas infelizmente isso ainda não ocorre. Muitos são os mecanismos e os “pseudo-princípios” inventados para garantir a impunidade dos mais fortes, e o monopólio do Judiciário como ferramenta de manutenção do status quo.

As decisões dos grandes são tomadas mediante a racionalidade econômica. E a partir de tal racionalidade é que os magistrados deveriam julgá-los, impondo a verdadeira pena que de alguma forma possa impedir a prática da ilegalidade: o custo financeiro. Se as decisões fossem tomadas de forma exemplar, com pulso firme, impondo custos altos efetivos às práticas abusivas, tudo isso poderia ser evitado.

Apenas os magistrados podem acabar com a morosidade do Judiciário. Não é a aniquilação dos recursos, a imposição de acordos autoritários às partes, a supressão de instâncias, a afronta ao devido processo legal e ao duplo grau de jurisdição que vão acabar com a morosidade do Judiciário. Não é o estabelecimento de metas irreais desumanas e absurdas a serem cumpridas pelos magistrados que resolverá tal problema. Processos não são pilhas de papéis sem vida – números para uma estatística. Processos são vidas de pessoas de carne e osso que estão sofrendo abusos e desrespeitos a seus direitos, e com muito respeito, tempo e dedicação devem ser analisados.

Se o Judiciário tem problemas com excesso de demanda, e sabe-se quem são os principais demandantes, em infinitas repetições, apenas examinando com rigor esta situação e se chegando a um posicionamento de se impor, de uma vez por todas, contra tais práticas abusivas é que o problema será resolvido. Os problemas que o país enfrenta são óbvios, e todos conhecem bem: abusos, má prestação de serviços, corrupção, falta de fiscalização e impunidade. Esses são os males que devem ser combatidos com firmeza por nossos magistrados, de forma **intransigente**.

EDSON TRAVASSOS VIDIGAL É ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO ELEITORAL, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DE DIREITO E FILOSOFIA, MÚSICO E ESCRITOR. WWW.EDSONVIDIGAL.COM.BR FACEBOOK: EDSON.VIDIGAL.36 ACOMPANHE-O NO BLOG: BLOG.JORNALPEQUENO.COM.BR/EDSONTRAVASSOSVIDIGAL